



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços de telecomunicações de Macau

No primeiro “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020)”, o Governo da RAEM já definiu o objectivo da acção governativa de promover o desenvolvimento da cidade inteligente. Os serviços de telecomunicações têm sido uma base importante para o desenvolvimento de uma cidade inteligente, especialmente no que diz respeito ao governo electrónico, pagamento inteligente, transporte inteligente, assuntos estreitamente relacionados com a sociedade e a vida da população e ao desenvolvimento da tecnologia. O Governo propôs, em 2013, que as licenças de telecomunicações se desenvolvessem no sentido de “convergência” e “integração das três redes” e, em 2019, consultou as opiniões do sector sobre o “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações”, com vista a melhorar o actual modelo de regulação e de exploração do sector das telecomunicações, promover a partilha e o acesso às infra-estruturas de telecomunicações, proteger os direitos e interesses dos utilizadores, etc., e a sociedade tem prestado atenção ao desenvolvimento do respectivo regime.

Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM celebrou, no ano passado, com a respectiva companhia de telecomunicações, o contrato adicional à “Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, o qual foi renovado provisoriamente. O contrato também foi prorrogado até 30 de Setembro deste ano. Nos termos do contrato, findo o prazo do contrato, o Governo da RAEM terá ao dispor uma rede básica de telecomunicações completa. No entanto, faltam menos de seis meses para o termo do contrato e o Governo ainda não divulgou nada



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sobre o assunto. A sociedade está preocupada, desconhece se Governo vai lidar adequadamente com os activos da concessão dos serviços de telecomunicações após o termo da renovação temporária, o que permitirá que mais empresas os utilizem em conjunto para desenvolver os serviços de telecomunicações, a fim de promover o desenvolvimento global do mercado das telecomunicações.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Outubro do ano passado, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (CTT) afirmou que, como faltavam apenas três meses para terminar o mandato do último Governo, a proposta de lei sobre o regime de licenciamento dos serviços de convergência vai ser impulsionada pelo novo Governo. No entanto, o “Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2025”, no plano legislativo deste ano não contém a proposta de lei intitulada “Lei das Telecomunicações”, nem contém qualquer referência ao regime de licenciamento. Qual é o rumo e o ponto de situação dos trabalhos de revisão da “Lei das Telecomunicações”?

2. No ano passado, o Governo renovou, a curto prazo, o contrato de concessão com a Companhia de Telecomunicações de Macau (CTM), que vai terminar em Setembro deste ano. Com vista a promover o desenvolvimento saudável do sector das telecomunicações, como é que o Governo vai aproveitar e salvaguardar, de forma adequada, a gestão dos activos da concessão após a entrega desses activos?

17 de Abril de 2025

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Wong Kit Cheng